

Demonstrações Financeiras

Cemig Trading S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
5. FUNDOS VINCULADOS.....	16
6. CLIENTES.....	16
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	16
8. OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA.....	18
9. IMPOSTO, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	19
10. PROVISÕES.....	20
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
12. RECEITA.....	21
13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	22
14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	22
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	24
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	25
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL.....	29
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Trading S.A. (“Companhia” ou “Cemig Trading”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$1.000 mil, dividido em 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$ 3.960 mil em 2022, em comparação a R\$958 mil no exercício de 2021, representando um aumento de 313,36%, devido a operação de negociação de Trading realizada em 2022 no montante de 5MW.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$1.661 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 29,55% em relação ao resultado de R\$5.621 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2021, a Companhia apurou o montante de R\$258 mil referente a imposto de renda e contribuição social, representando 21,88% em relação ao resultado de R\$1.216 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$5.364 mil (R\$733 mil no exercício de 2021) e a margem do LAJIDA foi de 98,24% no mesmo período (86,03% no exercício de 2021), conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021	Var. %
Resultado líquido	3.960	958	313,36
Amortização	7	6	16,67
Provisão IR e CS	1.661	258	543,8
Resultado financeiro	(624)	(489)	(46,01)
LAJIDA	5.364	733	631,79
Margem Lajida	98,24%	86,03%	14,19

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023, que, ao Resultado do exercício de 2022, no montante de R\$3.960 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.980 mil de dividendos estatutários; e
- R\$1.980 mil para aumento de capital social.

Aumento de capital - Proposta da Administração

A Diretoria Executiva da Companhia encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de utilização de parte das reservas de lucros para aumento do capital social, no montante de R\$1.980 mil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Trading manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais, Municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	190	141
Títulos e valores mobiliários	4	1.023	337
Fundos Vinculados	5	1.702	1.407
Clientes	6	335	42
Tributos compensáveis	9a	112	112
IR e CSLL a Recuperar		28	66
Operações de comercialização de energia	8	4.261	-
Outros ativos		-	16
TOTAL DO CIRCULANTE		7.651	2.121
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	4	69
Direito de uso	7	161	154
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		165	223
ATIVO TOTAL		7.816	2.344

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021****(Em milhares de reais)****PASSIVO**

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	9b	24	6
Imposto de renda e contribuição social	9c	-	1
Dividendos a pagar	11	2.459	479
Convênio de compartilhamento	16	8	8
Passivo de arrendamento	7	22	20
TOTAL DO CIRCULANTE		2.513	514
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	1.490	8
Passivo de arrendamento	7	154	143
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.644	151
TOTAL DO PASSIVO		4.157	665
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		1.000	1.000
Reservas de lucros		2.659	679
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.659	1.679
PASSIVO TOTAL		7.816	2.344

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	12	5.460	852
CUSTOS OPERACIONAIS	13		
Custos de operação		(23)	(23)
		(23)	(23)
DESPESAS OPERACIONAIS	13		
Despesas gerais e administrativas		(77)	(97)
Outras		(3)	(5)
		(80)	(102)
CUSTO/DESPESA TOTAL		(103)	(125)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		5.357	727
Receitas financeiras	14	285	510
Despesas financeiras	14	(21)	(21)
		264	489
Resultado antes dos impostos		5.621	1.216
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(180)	(339)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(1.481)	81
RESULTADO DO EXERCÍCIO		3.960	958

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021****(Em milhares de reais)**

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.960	958
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.960	958

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.000	200	14.557	-	15.757
Aprovação de dividendos adicionais 2020	-	-	(14.557)	-	(14.557)
Resultado do exercício	-	-	-	958	958
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos estatutários	-	-	-	(479)	(479)
Dividendos adicionais propostos	-	-	479	(479)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.000	200	479	-	1.679
Resultado do exercício	-	-	-	3.960	3.960
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos estatutários	-	-	-	(1.980)	(1.980)
Destinação do resultado para retenção de lucros	-	-	1.980	(1.980)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.000	200	2.459	-	3659

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	3.960	958
Ajustes por:		
Juros Passivo de Arrendamento	16	18
Amortização	7	6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.481	(81)
Ganhos em operações de comercialização de energia	(4.261)	-
	1.203	901
(Aumento) Redução de ativos		
Clientes	(293)	2.893
Outros	46	(49)
	(247)	2.844
Aumento (Redução) de passivos		
Convênio de compartilhamento	-	(1)
Impostos, taxas e contribuições	18	(143)
Imposto de renda e contribuição social	142	230
Passivos de Arrendamentos	13	-
	173	86
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.129	3.831
Imposto de renda e contribuição social pagos	(142)	(1.161)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	987	2.670
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários	(621)	16.084
Fundos vinculados	(295)	(56)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(987)	16.028
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	-	(29.115)
Arrendamentos pagos	(22)	(19)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(22)	(29.134)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	49	(10.436)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício (Nota 3)	141	10.577
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício (Nota 3)	190	141
	49	(10.436)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Trading S.A. (“Companhia” ou “Cemig Trading”), sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), foi constituída em 24 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte – MG.

Os objetivos sociais previstos no estatuto social da Companhia são os seguintes:

- Comprar e vender energia nas suas diferentes formas e modalidades, incluindo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- Prestar serviços associados às atividades de comercialização de energia, em todas as suas formas e modalidades, inclusive a comercialização varejista, no âmbito do mercado brasileiro e de outros países;
- Prestar serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a consumidores, que tenham livre opção de escolha de fornecedor, a geradores e produtores independentes e a qualquer agente autorizado a comercializar energia; e
- Desenvolver atividades relacionadas à comercialização de energia em todas as suas modalidades, inclusive a comercialização varejista, considerando os aspectos físico, financeiro e operacional, objetivando a realização de negócios relacionados à compra e venda de energia.

Através da Resolução nº 117, de 28 de março de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou a Companhia a comercializar energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A Companhia iniciou suas atividades em maio de 2006 e, durante o exercício de 2022, foi aprovada a política para a realização de operação de trading de curto prazo buscando o ganho financeiro com os movimentos do mercado. As operações serão realizadas pela Cemig Trading, de acordo com as diretrizes aprovadas pela Diretoria executiva da Cemig Trading. O resultado apurado da Companhia no exercício de 2022 foram em função da prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia no mercado livre e operações de Trading.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de julho de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Operações de comercialização de energia (definição do valor justo das operações de comercialização incluindo cotação da energia, taxas futuras de IPCA e custo médio ponderado de capital – WACC)
- Nota 12 – Receita (Não faturada).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do CPC 25 ou ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de

Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	18	62
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	63
Overnight	172	16
	190	141

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 100,5% e 101,0% em 2022 (99,5% e 100,50% em 2021) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 13,62% a.a. a 13,64% em 31 de dezembro de 2022 (8,87% a.a. a 9,14% em 2021), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	112	20
Letras Financeiras - Bancos	669	278
Letras Financeiras do Tesouro	236	35
Debêntures	6	4
	1.023	337
Não circulante		
Letras Financeiras - Bancos	-	68
Debêntures	4	1
	4	69
	1.027	406

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 103% e 104,4% em 2022 (99,5% e 100,50% em 2021), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 103,3% e 110,26% em 2022 (entre 105% e 130% em 2021) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento da Companhia possuem taxas de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 114,29% do CDI em 2022 e (TR)+1% e 109% do CDI em 2021.

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na Nota Explicativa nº 16 destas Demonstrações Financeiras.

5. FUNDOS VINCULADOS

A Companhia foi habilitada como comercializadora varejista em abril de 2020. De acordo com as Resoluções Normativas da ANEEL nº 622/2014 e nº 678/2015, os comercializadores varejistas devem constituir limite operacional mínimo para a obtenção e manutenção de autorização para comercializar energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 31 de dezembro de 2022, o limite operacional mínimo constituído pela Companhia foi de R\$1.702 (R\$1.407 em 31 de dezembro de 2021).

Prática contábil

Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

6. CLIENTES

	Saldos a vencer	Total	
	Não faturado	2022	2021
Clientes	335	335	42

A Companhia não constituiu provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa pelo fato de a Administração não considerar que haja riscos significativos de perdas na realização destas contas a receber.

Prática contábil

Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. Em 2022, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04

Contratos celebrados entre 2019 e 2022

Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	145	145
Remensuração	15	15
Amortização	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	154	154
Remensuração	14	14
Amortização	(7)	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161	161

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	149
Juros incorridos	19
Arrendamentos pagos	(19)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	15
Saldo em 31 de dezembro de 2021	163
Juros incorridos	24
Arrendamentos pagos	(22)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3)
Remensuração	14
Saldo em 31 de dezembro de 2022	176
Passivo circulante	22
Passivo não circulante	154

8. OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

O Contrato celebrado pela Cemig Trading visa a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas Transações são mantidas para o recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes.

Desta forma, os contratos nesta carteira são classificados, nos termos do CPC 48, como instrumentos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, por não se enquadrarem na exceção nele previsto.

São reconhecidos no resultado, como receita operacional, os ganhos e/ou perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado, consubstanciados na diferença entre os preços contratados e os de mercado, referentes às operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022 a realização do valor justo do contrato, por meio de liquidação entre compra e venda de energia, resultou em um ganho operacional líquido de R\$4.261 mil registrado no resultado do exercício de 2022.

	2022
Operações de comercialização de energia (Posição vendida) (a)	4.261
Volume (Mwh)	43.800
Operações de comercialização de energia (Posição comprada) (b)	-
Volume (Mwh)	-

- a) Operações de comercialização (posição vendida) encontram-se detalhadas a seguir. O preço médio de negociação de foi R\$186,20 e o índice de correção dos contratos seguem o IPCA.

Data de vencimento	Volume (Mwh)	Posição	Valor contratado	Valor justo
Janeiro/2023	3.720	Venda	R\$ 693	R\$ 420
Fevereiro/2023	3.360	Venda	R\$ 626	R\$ 376
Março/2023	3.720	Venda	R\$ 693	R\$ 414
Abril/2023	3.600	Venda	R\$ 670	R\$ 398
Maió/2023	3.720	Venda	R\$ 693	R\$ 410
Junho/2023	3.600	Venda	R\$ 670	R\$ 380
Julho/2023	3.720	Venda	R\$ 693	R\$ 340
Agosto/2023	3.720	Venda	R\$ 693	R\$ 340
Setembro/2023	3.600	Venda	R\$ 670	R\$ 329
Outubro/2023	3.720	Venda	R\$ 693	R\$ 340
Novembro/2023	3.600	Venda	R\$ 670	R\$ 329
Dezembro/2023	3.720	Venda	R\$ 693	R\$ 340
Total	43.800		R\$ 8.156	R\$ 4.416
			Valor presente	R\$4.261

- b) Excepcionalmente no ano 2022, o fechamento da posição de trading realizada 2022, ocorreu em janeiro de 2023 pela existência de condições favoráveis de mercado. Portanto, em 31 de dezembro de 2022, há uma exposição nas operações de trading por existirem posições vendidas sem a correspondente posição de compra no mercado. Esta exposição foi devidamente aprovada pela diretoria da Companhia e

endereçada a partir de janeiro de 2023, anteriormente ao vencimento das operações em aberto ao final do exercício de 2022.

Prática contábil

Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

9. IMPOSTO, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos compensáveis

	2022	2021
Circulante		
PIS-PASEP	20	20
COFINS	92	92
Total	112	112

b) Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
Circulante		
COFINS	6	1
ISSQN	18	5
Outros	-	-
	24	6

c) Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	-	1
	-	1

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Não circulante		
Imposto de renda diferido	1.095	6
Contribuição social diferido	394	2
	1.490	8

O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrem principalmente do saldo de ganhos e perdas de contratos de comercialização de energia. As movimentações decorrem das posições vendidas contratadas em 2022.

10. PROVISÕES

A Companhia é parte de processos judiciais relativos a tributos, cuja expectativa de perda é considerada possível por seus assessores legais, sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$129 em 31 de dezembro de 2022 (R\$117 em 31 de dezembro de 2021).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia era de R\$1.000 mil, representado por 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Cemig GT. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2022	2021
Reserva legal	200	200
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	2.459	479
	<u>2.659</u>	<u>679</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. No exercício de 2022, não foi constituída reserva legal, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na conta reservas de lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no estatuto social, no exercício de 2021, no valor de R\$479, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício (50% em 2021), ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	3.960	958
Dividendos obrigatórios – 50%	1.980	479
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios	1.980	479
Retenção de lucro para aumento de capital	1.980	479
Total dos dividendos	3.960	958

Destinação do resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023, que, ao Resultado do exercício de 2022, no montante de R\$3.960 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.980 mil de dividendos estatutários; e
- R\$1.980 mil para aumento de capital social.

Aumento de capital - Proposta da Administração

A Diretoria Executiva da Companhia encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de utilização de parte das reservas de lucros para aumento do capital social, no montante de R\$1.980 mil.

12. RECEITA

	2022	2021
Prestação de serviços	5.546	996
Operações de trading, líquido (nota 8)	4.260	-
Renda de prestação de serviços	1.286	996
Transações com energia na CCEE	-	9
Deduções à receita operacional (a)	(86)	(153)
	5.460	852

a) Deduções à receita operacional

	2022	2021
ISSQN	(39)	(117)
COFINS	(39)	(30)
PASEP	(8)	(6)
	(86)	(153)

13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Pessoal	23	23
Amortização	7	6
Serviços de terceiros (a)	67	71
Tributos	3	20
Outras	2	5
	102	125
Custos operacionais	23	23
Despesas operacionais	79	102
TOTAL	102	125

a) Serviços de terceiros

	2022	2021
Publicações legais	21	28
Auditoria externa	31	38
Tecnologia da informação	4	3
Outros	3	2
	67	71

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação no mercado financeiro	285	510
	285	510
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(16)	(18)
Outras despesas financeiras	(6)	(3)
	(22)	(21)
Resultado financeiro	263	489

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	
	Imposto renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita com prestação de serviços	1.285	1.285
Percentual de presunção	32%	32%
	411	411
Liquidação de energia na CCEE	-	-
Percentual de presunção	8%	12%
Receita financeira s/resgate efetivo aplicação	189	189
Base de cálculo - Lucro Presumido	-	-
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	90	54
Adicional (10% valor superior a R\$240)	36	-
IR e CS – Lucro Presumido	126	54
Rendas não resgatadas	95	95
AVJ Ganhos não realizados	4.261	4.261
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos	1.089	392
Corrente	126	54
Diferido	1.089	392

	2021	
	Imposto renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita com prestação de serviços	996	996
Percentual de presunção	32%	32%
	319	319
Liquidação de energia na CCEE	9	9
Percentual de presunção	8%	8%
	1	1
Receita financeira s/resgate efetivo aplicação	748	748
Base de cálculo - Lucro Presumido	1.068	1.068
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	160	96
Adicional (10% valor superior a R\$240)	83	-
IR e CS – Lucro Presumido	243	96
Rendas não resgatadas	(238)	(238)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos	(60)	(21)
Corrente	243	96
Diferido	(60)	(21)

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	8	8	-	-	(28)	(27)
Prestação de serviços (2)								
Hidrelétrica Pipoca	47	42	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.459	479	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	172	16	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.024	337	-	-	96	17	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	4	69	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Serviços de intermediação na comercialização de energia elétrica.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Trading aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,06% em 31 de dezembro de 2022 (0,02% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	1	1
Total (1)	1	1

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Clientes		335	335	42	42
Títulos e valores mobiliários		141	141	213	213
Fundos Vinculados		1.702	1.702	1.407	1.407
		2.178	2.178	1.662	1.662
Valor justo por meio do resultado					
Operações de comercialização de energia	3	4.260	4.260	-	-
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	172	172	79	79
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	112	112	20	20
Letras Financeiras Bancos – LFs	2	532	532	138	138
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	236	236	35	35
Debêntures	2	6	6	-	-
		5.318	5.318	272	272
		7.496	7.496	1.934	1.934
Passivos					
Custo amortizado					
Passivo de arrendamento		(176)	(176)	(149)	(149)
Transações com partes relacionadas		(8)	(8)	(9)	(9)
		184	184	(158)	(158)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de

avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Título patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras (Nível 2): elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de comercialização de energia (Nível 3): A técnica de mensuração se baseia na abordagem de mercado, por meio do desconto a valor presente da diferença entre os preços futuros de energia de mercado, comparados com os preços dos contratos *forward*. As premissas adotadas para o cálculo do valor justo dos ganhos não realizados dos contratos de energia que compõem o portfólio de negociação são as seguintes:

- a) Taxa de desconto: Wacc aprovado pela administração para a atividade de comercialização, que representa a taxa livre de risco ajustada ao risco específico da atividade, de acordo com parâmetros de mercado.
- b) Preços projetados: Curva DCIDE (Companhia referência do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).
- c) Mensuração das posições: Considera-se a posição líquida, a partir do portfólio de negócio.
- d) Os valores foram considerados líquidos de PIS/Pasep e Cofins. Como a Trading é optante pelo lucro presumido, considerou-se a alíquota de 3,65% sobre o valor do preço de venda.

b) Gestão de riscos

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de mercado

A Companhia encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros (tradings) resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 8). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro (trading) apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

Desta forma, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança (*Value at Risk*) que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada exercício.

Análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta o preço e conseqüentemente o risco de mercado das operações de trading é a exposição aos preços de mercado da energia.

No processo de tomada de decisão relacionada às atividades de trading, a Administração da Companhia utiliza análises de sensibilidade considerando a volatilidade histórica do preço de energia para o produto e considera o índice de confiança de 95%, gerando um limite inferior (value at risk) de R\$420,66 e limite superior de R\$942,90.

A compra de energia atrelada a operação de venda de 5MW realizada em 2022, foi concretizada em 18 de janeiro de 2023, a um valor de R\$73,50/MWh. Desta forma, durante este período, caso houvesse uma eventual exposição financeira de 4% (volatilidade de mercado há época) no preço negociado, o impacto das variações positiva e negativa no preço de energia comprada seria de R\$128.772, respectivamente.

O contrato de comercialização de energia firmado possui variações somente de IPCA entre o período de negociação do produto ocorrido em 31 de Maio de 2022 e início de vigência em 01 de janeiro de 2023 (recebimento mensal e flat por 12 meses).

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com passivo de arrendamento está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento	2	4	13	78	79	176

Dimas Costa
Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242451-04

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Trading S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 13 de julho de 2023

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Cemig Trading S.A.

Belo Horizonte- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Trading S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Trading S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras

do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de maio de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de julho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7